

Estado vai criar observatório da participação em 2012

Síntese de seminário do governo para debater o modelo a ser adotado será entregue à Assembleia

Alexandre Leboutte

leboutte@jornaldocomercio.com.br

O governo do Estado deve antecipar para o próximo ano a criação de um “observatório da participação”, revela o secretário estadual do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã, João Motta (PT). A decisão foi tomada ao final do II Seminário do Sistema de Participação Popular e Cidadã, na sexta-feira.

“Já estava em nosso horizonte, quando fizemos o primeiro seminário, em fevereiro, e ficou mais claro neste segundo encontro, a partir das conferências proferidas”, observa o secretário. O Palácio Piratini trabalha para conciliar diferentes formas de ouvir a sociedade, como Consulta Popular, Orçamento Participativo, Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes) e interatividade entre população e poder público via internet.

Um dos palestrantes do evento, o italiano Giovanni Allegretti, professor e pesquisa-

dor da Universidade de Coimbra (Portugal), declarou que não via como um sistema de participação pudesse ser desenhado em três meses. “Acredito que se consiga desenvolvê-lo nos próximos três anos”, avaliou.

O acadêmico defendeu a criação de um observatório estadual permanente. “É preciso uma avaliação contínua das ferramentas que o governo vem utilizando, para analisar onde estaria havendo pontos de sobreposição, a fim de se construir uma síntese.”

Allegretti faz avaliações para o Banco Mundial em vários países, em casos que a instituição exige o uso de Orçamento Participativo (OP) para a liberação de recursos. “Hoje o OP é aplicado em mais de 1.500 cidades em todo o mundo”, contabiliza Allegretti.

Motta entende que “a criação de um sistema estadual é um processo mais complexo do que há pouco mais de 20 anos, quando criamos o OP. Temos a prática da realização do Plano Plurianual (PPA) Participativo 2012-2015, da Consulta Popular e do Gabinete Di-



ANTONIO PAZ/JC

Avaliação contínua dos mecanismos de consulta à sociedade é necessária, diz Allegretti

gital, neste ano”, elencou o secretário.

O representante do Ministério do Planejamento, Carlos Pinho, descreveu que a forma de elaboração do PPA do governo federal foi mudada para torná-lo “um efetivo instrumento de gestão, de comunicação e de participação”, relatando ter percebido convergências com o método gaúcho.

Alfredo Giugliano, professor e pesquisador da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, afirmou que o sistema de participação, integrando todas as ferramentas que já vêm sendo utilizadas, deve ser colocado em prática para que seja ajustado “durante o percurso”, e cobrou que o governo estadual crie espaços participativos em todas as secretarias.

O secretário João Motta fez um balanço do encontro e descreveu que está se consolidando uma parceria com o governo federal sobre o tema. “Vamos apresentar o sistema de participação do Estado em Brasília, em janeiro do próximo ano”, informou Motta. “Também vamos manter a cooperação com universidades, como a de Coimbra e a Federal de Minas Gerais (UFMG), e estreitar a relação com os Coredes.”

Uma síntese do encontro será entregue à Assembleia Legislativa. “É uma forma de mostrarmos nosso respeito ao Parlamento, para não haver nenhum tipo de dúvida”, salienta o secretário, ao explicar que a democracia participativa é complementar à representativa e não a substitui.